

ALFRED MARSHALL, TEORIA ECONÔMICA E HISTÓRIA

Jaques Kerstenetzky
Instituto de Economia da UFRJ
jkersten@ufrj.br

O objetivo do artigo é construir argumentos em prol de um lugar mais importante para conteúdos históricos na Ciência Econômica, na direção da recuperação do espaço e importância perdidos após a *Methodenstreit* e a autonomização do campo dos estudos econômicos, bem como das demais ciências sociais. O artigo emprega material de dois textos de Alfred Marshall publicados apenas em 1994, recolhe elementos teóricos selecionados da obra do autor e analisa algumas de suas proposições metodológicas de maneira orientada a discutir a relação entre Teoria e História em Economia.

Palavras-chave: Alfred Marshall; Metodologia; Teoria e História

The objective of this article is to build arguments directed to reclaim the importance of Historical studies in Economics, which has been reduced since the *Methodenstreit* and the emergence of Economics and Social Sciences as autonomous fields. The article uses two until recently unpublished papers (1994) by Alfred Marshall, and of selected theoretical and methodological propositions from this author's published works with the aim of examining the relationship between History and Theory in Economics.

Keywords: Alfred Marshall, Methodology; History and Theory

Área Temática 5: *História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia*

O texto que segue analisa proposições metodológicas de Alfred Marshall que se podem empregar para discutir a relação entre História e Teoria em Economia. A historicidade presente nas teorias econômicas foi objeto de narrativas de história do pensamento econômico, como em Hodgson (2001), obra que narra como conteúdos históricos foram sendo preteridos em favor de uma abordagem aistórica ao longo do último século. Narrativas como a de Hodgson convidam a argumentos a respeito de porque e como deveria a ciência econômica voltar a ter a historicidade em seu núcleo central, ao invés de ter a história apenas como campo de aplicação do que se considera o núcleo da Ciência Econômica. O objetivo deste artigo é então elaborar argumentos em prol de um lugar mais importante para conteúdos históricos na Ciência Econômica, na direção da recuperação do que se perdeu após a

Methodenstreit e a autonomização do campo dos estudos econômicos e das demais ciências sociais.

Além das fontes tradicionais de pesquisa Marshalliana, são empregados dois de um conjunto de quatro textos do autor não publicados até recentemente (Raffaelli 1994), escritos para apresentação no Grote Clube, grupo de discussões filosóficas de intelectuais de Cambridge do qual Marshall participou logo após ter se formado em Matemática, com grande influência em sua formação geral.¹ Os textos foram escritos anteriormente à escolha de Marshall de se dedicar à Economia, estando sua importância, segundo Raffaelli (2003), no oferecimento de uma visão evolutiva de mente e cérebro que é discernível como um elemento de organização e da abordagem que permanece como pano de fundo em toda a obra, apesar de Marshall nunca ter tornado isto explícito.

A visão de mente e cérebro elaborada por Marshall é útil por conter uma proposição articulada de deliberação e hábito que se aplica a três planos de trabalho científico: i) o do indivíduo em sua apreensão da realidade e ação, ii) o da sociedade em sua estruturação e iii) o da reflexão sobre a própria prática científica. É em primeiro lugar – correspondendo aos dois primeiros planos i) e ii) - uma promissora chave de leitura, capaz de contribuir para aprofundar a compreensão da obra de Marshall, tornando mais claras as conexões entre o equilíbrio parcial e os aspectos históricos e institucionais da obra. Compreendamos estes dois primeiros planos como sendo o “cientista observando o indivíduo e a sociedade”. Neste artigo nos interessa especialmente o terceiro plano, o do “cientista observando o trabalho do cientista”, focando a proposição de conjecturas pelo cientista e estabelecimento de um corpo de conhecimentos aceitos pela comunidade como prática científica regular. No entanto, também os dois primeiros planos terão aqui importância, porque, ao invés de estanques, os três planos são melhor compreendidos de forma análoga: i) tanto indivíduos estudados quanto cientistas precisam fazer sentido do mundo e funcionar, tarefas em que empregam deliberação e hábito; ii) a observação de como o cientista faz sentido do funcionamento do mundo se beneficia do conhecimento de como indivíduos o fazem. Além disso, a maneira pela qual Marshall desenvolve sua análise nos dois primeiros planos é compatível com, e reveladora daquilo que se deseja aqui discutir no terceiro plano.

1 O Grote Club era uma das várias associações que funcionavam como grupos de discussão e que caracterizavam o efervescente ambiente de Cambridge da época da formação de Marshall. Para que se tenha uma noção do quilate dos participantes, frequentavam o Grote Clube Henry Sidgwick, John Venn e William K. Clifford (Groenewegen, 1995 e Raffaelli, 1994).

O artigo então explora o âmbito de aplicação das ideias de mente e cérebro ao terceiro plano na discussão da questão do papel da História na Economia. A linha de argumentação que será aqui desenvolvida procura estabelecer uma correspondência entre História e Teoria por um lado, e por outro o binômio deliberação versus hábito, de forma a apontar as qualidades da análise histórica para lidar com os fenômenos econômicos, caracterizados por mudança e conseqüentemente emergência de situações que provocam estranhamento e que desafiam a aplicação de soluções exclusivamente baseadas em teorias aistóricas na sua explicação.

Assim, o texto que segue está organizado em 4 seções. A primeira apresenta o conteúdo de textos filosóficos de Marshall, levantando elementos para a discussão posterior; a segunda seção aborda aspectos selecionados do funcionamento do sistema econômico na obra de Marshall de forma a proporcionar material a respeito do trabalho do pensador, de uma maneira distinta da tradicionalmente oferecida pelos manuais de microeconomia ou manuais de História do Pensamento Econômico; esta seção tem lugar porque ilustra a prática marshalliana de construção teórica; a terceira, de natureza metodológica, seleciona observações metodológicas de Marshall e investiga uma das aplicações dos seus escritos inéditos, que é a ideia de máquina aplicada à teoria – esta pode ser entendida como máquina de apreensão cognitiva do objeto de investigação; a quarta seção, principal contribuição do artigo, extrai da discussão anterior uma defesa Marshalliana de um lugar para a História (na qualidade de narrativa de eventos socioeconômicos) no trabalho do economista, compondo uma visão modificada para a formação do economista e para o campo de estudos. A quarta seção é de natureza conclusiva.

*1. Dois trabalhos inéditos: “Ye Machine” e “The Duty of the Logician or the System Maker to the Metaphysician and to the Practical Men of Science”*²

Esta seção comenta dois trabalhos filosóficos do jovem Marshall que iluminam a questão de como o gênero humano aprende, decide e age sobre o ambiente. Como dito anteriormente, os textos são úteis para os planos do retrato de indivíduo e sociedade pelo cientista social, como também para o plano de como se forma o conhecimento científico. Neste sentido, são úteis para compreender as posições de Marshall em relação a indução e dedução, História e Teoria.

2 Publicado em Raffaelli (1994)

Antes de entrar nos trabalhos propriamente ditos, convém apontar a temática contemporânea que pode ser iluminada pela discussão dos dois trabalhos, como forma de contextualização presente. A temática de indivíduo e sociedade (no caso, sistema econômico), pertence ao gênero mais amplo do problema da parte e do todo, ubíquo nas ciências. Este problema assume contornos especiais na economia e nas ciências sociais em geral, já que o indivíduo, sendo dotado de capacidade de apreensão do ambiente, e de deliberação e ação que o transformam, suscita a investigação específica de descrever e compreender estas capacidades de forma a entender como o ambiente estrutura a ação individual ao mesmo tempo que a ação individual é capaz de transformar o ambiente. É, porém, característica da prática científica em economia (e também nas ciências sociais) simplificar a questão, ora fazendo do indivíduo um executor de comportamentos determinados pela estrutura como na escola clássica, onde o comportamento dos indivíduos é analisado na qualidade de integrantes de uma classe social, ora de forma oposta, como na escola neoclássica, compondo o comportamento do sistema como simples agregação do comportamento individual.³

Outra simplificação dominante a partir do século XX é a de atribuir ao comportamento humano o objetivo de otimização. Por vezes a simplificação é substituída pela convicção de ser este comportamento verdadeiramente descritivo, definidor da natureza humana. Seja qual for o grau de realismo pretendido na simplificação, ao longo do século XX, tais versões simplificadas dominantes a respeito do comportamento individual foram questionadas dentro e fora do mainstream, como na caricatura Vebleniana do homem econômico neoclássico como um calculador relâmpago e sua proposta de diferentes níveis de consciência; na ideia de fixação de preços baseada no princípio do custo pleno como regras práticas no lugar do cálculo; e na proposição de Brian Arthur de que seria humanamente insuportável recalculá-lo a cada ocasião. A lista pode ser aumentada com a proposição de racionalidade limitada de Simon, com a recente proposta de Kahneman e Tversky de diferentes níveis de consciência e decisão e, ainda, com as propostas de economia evolucionária, a exemplo de Hodgson(1998).

3 Desta forma, (resumindo heroicamente) na escola clássica capitalistas acumulam capital e eventualmente inovam, trabalhadores vendem sua força de trabalho aos capitalistas em troca de um salário que permite sua reprodução, proprietários de terras gostam de colher onde nunca semearam e participam do produto pela obtenção de renda sobre o uso do fator não reprodutível; na escola neoclássica o foco passa para a escolha individual, retratando os indivíduos como dotados de capacidade de calcular os benefícios de escolhas alternativas de forma a tomar decisões econômicas ótimas. Uma versão simples e direta é a de Jevons, na qual indivíduos escolhem entre alternativas maximizando utilidades, de forma baseada no prazer e dor associados a decisões alternativas, podendo esta decisão ser entendida como suportada por supercapacidade de cálculo.

Em todo este questionamento (assim como nas defesas correspondentes) da decisão racional maximizadora está presente a dupla possibilidade de deliberação ou hábito, ou cálculo versus regras práticas. Creio que este rapidíssimo comentário é suficiente para indicar que o tema deste artigo é central na ciência econômica, não só por estar no fulcro da formulação de modelos, mas principalmente pela estruturação da compreensão da ação e coordenação da ação econômica.

Marshall propõe em “Ye Machine” um modelo de funcionamento da mente humana, de maneira a verificar como os fenômenos mentais podem ser reproduzidos e explicados.⁴ O modelo de mente e cérebro concebido por Marshall recebeu influências de Bain (Psicologia associacionista, evolutiva), de Spencer, e estudos pioneiros da inteligência artificial de Babbage.

O modelo assume a forma de uma metáfora: o de máquina hipotética que simula operações e evolução mental. Trata-se de mecanismo com diferentes níveis de funcionamento, impulsionado por princípios de prazer e dor e de tentativa e erro. O mecanismo procura respostas prazerosas a estímulos externos.

A máquina tem duas partes: o corpo, que se comunica com o meio ambiente, é o lugar das sensações e ações; e a mente, que é o lugar de ideias. Ideias de sensações e ideias de ações a serem repetidas são causada pelo mesmo estado corporal com uso de memória ou associações de ideias. Hábitos se adquirem por repetição de ações bem-sucedidas. Esta operação tem o cerebelo como responsável, que dispõe de um estoque de padrões automáticos que podem ser entendidos como instintos.

Quando os instintos falham, o sistema, impulsionado pelo prazer e dor, recorre a estruturas operativas superiores – o cérebro- que, graças à sua capacidade de prever e deliberar, dá origem a novos artifícios que podem ser depois transformados em novos mecanismos. Respostas inovadoras, se bem sucedidas, são selecionados para replicação de modo a formar um estoque cada vez maior de mecanismos de confiança.

Assim, apenas quando as ideias disponíveis são incompatíveis com o ambiente, o nível do cérebro é estimulado a formas de lidar com o problema. Isto é assim porque os poderes de raciocínio são limitados. Se cada ação possível apelasse à razão a fim de alcançar o prazer, os poderes de deliberação, por mais reais que fossem, seriam tardios e precários. Economizando

4 O restante desta seção reproduz a leitura de Raffaelli (1994) e, sobretudo Raffaelli (2003). Este autor não só organizou a publicação dos artigos como foi pioneiro no seu comentário e interpretação.

a razão (ou seja, em vez de otimização), as regras práticas permitem que a máquina concentre seus poderes mais sofisticados nas tarefas que mais deles necessitam.

O caráter do modelo é idiossincrático, porque cada máquina tem seu próprio estoque de rotinas. Este aspecto está ligado à história de vida do indivíduo, que cresce continuamente, em um estado de mudança. Relaciona-se com a plasticidade e estabilidade do comportamento humano.

Comparando a ação e processo mental do indivíduo em Jevons e em Marshall, no primeiro encontramos uma representação que se exprime em termos de operações mecânicas, enquanto que nestes textos de Marshall a representação cria e reorganiza rotinas que continuamente deslocam o ponto de partida para a evolução futura. Adicionalmente, a incerteza e a previsão são elementos do quadro.

Mais explicitamente sobre a aquisição de conhecimento, que foi o tema do segundo trabalho inédito aqui escolhido, Marshall se posicionou em relação aos empiristas, que acreditavam que o conhecimento deriva da experiência, e Kant, para quem as verdades fundamentais (sobre as relações espaciais, o tema do trabalho) eram formas a priori do pensamento.

Em seu posicionamento, Marshall recorreu a Spencer, que entendia que as origens das formas apriorísticas do pensamento em Kant eram desconhecidas e remotas. Composto sua proposição tanto com empiristas como com Kant, Spencer sugeriu uma solução que seria de causalidade recíproca: o sujeito recebe do ambiente os insumos que produzem a sua estrutura cognitiva (sensações precedem cognição), mas também (partilhando com Kant), em cada momento o sujeito é dotada de uma maneira particular de organizar a realidade (regras de cognição se impõem às sensações). Marshall seguiu Spencer, rejeitando porém o ponto de vista deste último de perfeita adaptação e progresso linear.

Tais ideias do segundo trabalho são argumentos da necessária combinação de indução e dedução na formulação do conhecimento.

A seção seguinte se volta à obra Marshalliana em seus aspectos de funcionamento da Economia, utilizando fontes mais conhecidas.

2. A Economia Marshalliana

Nesta seção seleciono e ordeno alguns elementos da obra Marshallianos, com o

objetivo de examinar a prática científica marshalliana.

A contribuição Marshalliana à compreensão de firmas e mercados é bem mais ampla do que se depreende dos livros texto de microeconomia e mesmo de textos de História do Pensamento econômico de autores que não fizeram uma leitura apropriada do autor.⁵ Feita esta ressalva, neste texto não visaremos a contribuição mais ampla, pois iremos concentrar-nos mais nos seus aspectos mais mecânicos, de maneira a fornecer subsídio para a relação entre teoria e história.

Antes de entrar nos aspectos mecânicos, é preciso dar ao menos uma rápida noção dos evolucionários. Da visão evolucionária, histórica e institucional do livro IV, capítulo XII dos *Principles* podemos destacar o ciclo de vida das firmas. Firmas se defrontam com problemas já no seu aparecimento, com a necessidade de se estabelecer em meio a firmas mais antigas; uma vez estabelecida a firma, emergem ao longo do processo de crescimento problemas que advém da necessidade de organizar, produzir e vender quantidades maiores, de forma que soluções são requeridas. Aqui vemos o processo de crescimento apresentar problemas à firma, cuja solução envolve as áreas tecnológica, organizacional, mercantil; se houvesse livre acesso ao conhecimento e a firma pudesse copiar exatamente o que fizeram outras firmas, não precisaria inovar; mas não é assim que Marshall vê, de maneira que o ambiente resulta variado, ocorre inovação não radical e esta não se difunde nem de forma imediata, nem plena.

Os aspectos mecânicos ou teóricos são abordados no livro V dos *Principles* através da firma representativa, solução concebida por Marshall para a um só tempo manter sua visão de mercados formados de firmas heterogêneas, e ao mesmo tempo dispor de um referencial de análise de custos quando da elaboração de sua teoria de formação de preços.

Neste ponto esbarramos no problema de interpretação relacionado ao fato da teoria de formação de preços ter sido destacada como a contribuição Marshalliana à Economia, de forma que leituras e contribuições posteriores a vão desfigurando na medida em que se alinham ao projeto de desenvolvimento de uma teoria do valor que coordene as decisões dos agentes no âmbito do projeto de Economia como alocação de recursos escassos a usos alternativos, distinto do objetivo Marshalliano de elaboração de uma visão econômica evolucionária. O conjunto de elementos abaixo provém de uma leitura distinta, mais em linha

5 Como exemplo de leitura afinada com manuais de microeconomia, ver Hunt(1989). Como exemplo de leitura afinada com especialistas na obra Marshalliana, ver Backhouse(2002). Para uma exposição da abordagem Marshalliana ver Kerstenetzky (2010).

com o projeto original marshalliano.

De certo ponto de vista, o exercício de formação de preços é sempre estático, já que os preços contemplam condições que vigoram em determinado contexto; dinâmica se introduz através de mudança, mas não necessariamente; é possível analisar, diferenças no contexto e efeito sobre o preço sem se preocupar com o processo de transformação, exercício que ficou consagrado na microeconomia como estática comparativa.

Seguirei a sugestão de Dardi(2003) de que a estática Marshalliana é melhor compreendida como dinâmica introduzida aos poucos; esta proposição encontra ressonância nas proposições metodológicas de Marshall, a discutir na próxima seção. Começamos aceitando que a análise Marshalliana de equilíbrio parcial se propõe a retratar como a oferta reage a mudanças da demanda.⁶ Isto dá um tom geral que a diferencia do equilíbrio parcial dos manuais, onde a tônica é a simetria entre oferta e demanda, que têm por trás de si a teoria da firma e a teoria do consumidor.

Na exposição marshalliana, a reação da oferta a mudanças na demanda se analisa de acordo com leis da produção que variam de acordo com o prazo dado à oferta para reagir. No período de mercado, pode-se contar apenas com os estoques existentes; no curto prazo é possível fazer variar a oferta, mas apenas na medida em que *trabalhadores e equipamentos* já existentes podem ser utilizados; no longo prazo, é possível treinar trabalhadores adicionais e contar com novos equipamentos.⁷

Desta forma, no curto prazo um aumento de demanda sempre aumenta o preço da mercadoria em questão, pois para aumentar a oferta é preciso lançar mão do uso de fatores menos produtivos para a tarefa, como pescar utilizando marinheiros não treinados em pesca

6 Este não é um ponto absolutamente explícito na exposição marshalliana, mas pode ser constatado através de toda a extensão do livro V, em proposições e em exemplos da argumentação. Não é aqui o lugar para tal demonstração, mas um breve argumento começa com a idéia de que, para Marshall, assim como para Smith, o preço de mercado é o único a concretizar-se, resultando do encontro de demanda com estoque de produtos em oferta inevitavelmente fixo (em Marshall ajustado pelas expectativas relativas a períodos imediatamente vizinhos e possibilidade de carregar estoques no tempo). Se permitimos pensar em tempo para que a oferta reaja, e esta é a essência dos preços normais de Marshall, análogos ao preço natural de Smith, a produção pode ajustar diferenças de preço de oferta e preço de demanda referentes à quantidade trazida ao mercado - insistindo, única que se concretiza, porque o curto prazo e o longo prazo são ajustamentos a mudanças, e adicionais mudanças podem advir, de forma que são equilíbrios nocionais. Conferir com a análise marshalliana da situação provocada por um aumento de demanda por peixe que se segue a um problema com a saúde do gado bovino, e todas as alterações que coloca em movimento nos três prazos, capítulo V do Livro V, #4. Ver também o capítulo III do livro V, #6, onde preços de demanda desalinhados com preço de oferta colocam em movimento variação na quantidade ofertada.

7 Atenção para a sutil diferença com relação aos manuais, escala e proporcionalidade estão misturados e não distinguem curto do longo prazo como nos manuais.

ou barcos produzidos para outros fins; no longo prazo é possível aumentar a oferta contando com trabalhadores treinados para a tarefa e barcos especificamente encomendados e produzidos. Observar o requisito para tal encomenda e treinamento, que é a expectativa de que o aumento da demanda é duradouro. Uma vez isto se dá, no longo prazo, então, é possível aumentar a oferta sem que isto implique necessariamente em preços mais altos: os preços podem eventualmente ser mais baixos, dependendo das leis de rendimentos que se aplicam ao setor.

A maneira pela qual se analisa a reação da oferta à demanda é escalonada. O aparato teórico proposto é dedutivo e mecânico; a análise estática é considerada apenas uma primeira aproximação aos problemas econômicos, dentro do programa de economia evolucionária; apesar disto ou por isto, Marshall se empenha em impedir que o aparato se afaste em demasia da realidade que é a referência de construção e aplicação do modelo, sempre com o *proviso* de primeira aproximação.

O escalonamento pode ser apresentado como composto de Estado estacionário, período de mercado, curto prazo e longo prazo. No estado estacionário as condições se reproduzem, de forma que as mesmas condições de produção e consumo se aplicam (este estágio é um ponto de partida lógico, explicitamente desconectado da realidade); a ideia do equilíbrio parcial é partir desta referência extrema introduzindo forças de mudança aos poucos de forma a observar o equilíbrio das forças. Assim, no período de mercado a oferta não tem tempo de variar; no curto e no longo prazo a oferta pode variar, diferindo as condições de variação.

Observemos ainda que o equilíbrio de longo prazo é resultado essencialmente teórico: Marshall propõe, como Smith, que o equilíbrio nunca se atinge porque novas condições estão sempre emergindo. Seria necessário que toda mudança adicional cessasse, de forma que todos os ajustamentos pudessem completar seu efeito. Equilíbrio de longo prazo é como estabelecer, ao menos temporariamente, um novo estado estacionário.

As duas elaborações marshallianas, a que aponta para a economia evolucionária do livro IV e a construção mecânica e estática do livro V parecem à primeira vista imiscíveis; particularmente se tivermos como referência a microeconomia que se seguiu; no entanto, se atentarmos para a descrição que forneci acima, vemos alguns elementos que podem ser compreendidos como integrantes de um projeto evolucionário, ainda que estáticos. A ideia aqui é sublinhar a discussão de escalonamento de mudança, do mais simples ao mais complexo; no mais complexo estão mudança secular, envolvendo mudanças tecnológicas.

A ideia é que, mesmo abordando processos complexos, podemos lançar mão de primeiras aproximações que introduzem mudanças singulares e analisam os efeitos locais de determinadas mudanças; trata-se de uso circunscrito de instrumentos estáticos a processos que reconhecemos como dinâmicos.⁸

A natureza da mudança é variada, de forma que podemos considerar a existência de mais de um tipo de mudança. Há mudanças em variáveis ao longo de linhas já trilhadas, como o aumento de quantidades produzidas em reação ao deslocamento de demanda utilizando capacidade já instalada de produção; e há, no outro extremo, mudança referente a introdução de inovação no processo produtivo. A primeira pode ser mecanicamente analisada, embora possamos considerar que a vida social nunca se repete da mesma forma, de maneira que mesmo algo rotineiro pode envolver alguma dose de novidade; a segunda requer do indivíduo atenção para seu conteúdo e seu impacto de maneira a avaliar mudança em estrutura, influência sobre comportamentos, formas de difusão que serão consequência de sua natureza específica; mesmo assim, nada na vida social é tão novo que não se possa empregar alguma forma de conhecimento da realidade.

Da mesma forma, os dois tipos extremos de mudança acima são passíveis de ou requerem diferentes tratamentos por parte do cientista observador. O primeiro tipo de mudança mais afeito a uso de formalização e aplicação de aparatos de descrição mecânica ao longo de trilhos já conhecidos de relação entre variáveis, o segundo mais afeito à descrição do novo através da observação que procura captar suas características originais, particularizá-las e comparar ao passado, contrastando e reconhecendo semelhanças, procurando avaliar a mudança sobre estruturas e comportamentos. Não é preciso muito para perceber que os dois polos aqui contrastados devem receber diferentes combinações de esforço dedutivo e indutivo de pesquisa.

Entretanto, minha sugestão de interpretação do equilíbrio parcial é valorizar a sugestão metodológica de Marshall de quebrar os problemas complexos e singulares em partes (correspondente ao consagrado método de quebrar um problema em partes) porque partes do problema podem ser semelhantes a partes de problemas distintos, para os quais já se desenvolveram ferramentas mecânicas. Assim, a solução de problemas específicos está na arte de combinar instrumental teórico, mecânico, com a compreensão de circunstâncias que podem

8 Keynes fez isto em sua teoria geral, onde demonstra através de instrumento estático que o equilíbrio da economia não se determina necessariamente no pleno emprego, mas desenvolve visão dinâmica da economia capitalista.

ser singulares.

A esta altura da argumentação já estamos transitando para o assunto da próxima seção, mas convém aqui aprofundar um pouco mais este ponto do último parágrafo. O instrumento Marshalliano contrasta com o Walrasiano por focar a mudança em seus efeitos locais, enquanto em Walras qualquer alteração impacta toda a economia. Em Marshall o impacto é seletivo ao invés de universal, adaptações são localizadas; a difusão não é pensada como amplificadora ou reprodutora do impacto inicial (Dardi 2003). A cláusula *ceteris paribus*, ao invés de cláusula simplificadora irrealista destinada a permitir a construção formal do modelo de equilíbrio, pode ser entendida com o auxílio da proposição de Simon de que as economias são sistemas complexos, no sentido de que são formadas de subsistemas que, apesar de interligados, encerram, cada um dentro de si, um conjunto de elementos cuja inter-relação é intensa. Desta forma, na representação de Simon – e aqui entendemos que ela esclarece Marshall – a ligação entre elementos do subsistema se dá com os demais elementos desses subsistema e não com o sistema como um todo. Esta compreensão do equilíbrio Marshalliano o faz mais ameno a concepções evolucionárias do que a do equilíbrio Walrasiano, onde qualquer mudança impacta todo o sistema e o direciona a um novo equilíbrio *ab ovo*.⁹ Equilíbrio parcial pode assim ser visto como análise do impacto dos efeitos de mudança avulsa, a ser ulteriormente discutido em conjunto com circunstâncias específicas e que pode admitir efeitos de feedback. Circunstâncias e seus efeitos, em ambiente evolucionário, são porta de entrada para para tratamento histórico e julgamento do cientista.¹⁰ Esta é a maneira pela qual entendo a proposição marshalliana de quebrar um problema complexo em partes: uma análise de mudança em um determinado horizonte de tempo é uma parte mecanizável do problema; a solução do problema requer juntar as várias partes.

3. O trabalho do cientista em economia¹¹

A mesma face de mecanismos repetitivos encontrada na representação de “Ye Machine” como parte do processo pelo qual o indivíduo faz sentido da realidade à sua volta é

9 Hodgson (1998) é da mesma opinião. Dardi propõe ainda que, se uma construção evolucionária não pode ter lugar em uma abordagem estática, uma construção estática pode ter lugar em uma abordagem evolucionária (Dardi, 2003). Está, no entanto, referindo-se à construção Marshalliana e não à Walrasiana.

10 Em ambiente estático, circunstâncias podem ser meramente variáveis conhecidas como relevantes, como no caso da água que congela a 0 e ferve a 100 graus Celsius, temperaturas que se modificam com pressão e volume.

11 Embora a seção esteja baseada em material disperso na obra de Marshall, as citações são do Apêndice C e comentários e explicações podem ser cotejados com material desta fonte.

empregada por Marshall para o cientista em um anexo metodológico aos *Principles*:

... in knowledge, when there are any processes of investigation or reasoning in which the same kind of work has to be done over and over again in the same kind of way; then it is worth while to reduce the processes to system, to organize methods of reasoning and to formulate general propositions to be used as machinery for working on the facts and as vices for holding them firmly in position for the work.

(Marshall, A., 1961, Apêndice C, #5)

Podemos entender esta representação como metáfora da ideia de Teoria como conjunto de leis que operam como uma máquina que, alimentada com A, nos devolve B.¹² Obviamente não é assim tão simples, pois além de leis o empreendimento científico é um sistema de conceitos, linguagem, classificação. De qualquer forma, Marshall está apontando que o exercício da ciência possui um lado mecânico, que é o uso de relações já conhecidas que dispensam o trabalho de raciocínio que estaria envolvido em analisar cada situação específica a partir do zero para estabelecer relações causais (inclusive empregando indução e/ou dedução).

Tal instrumental pode ainda ser entendido, na estrutura de “Ye Machine”, como correspondente ao nível das soluções existentes que dispensam o recurso às capacidades de mais alto nível do cérebro, de forma que estas são economizadas e reservadas para situações em que as soluções não parecem adequadas, causando estranhamento, ou situações em que as soluções, aplicadas, não funcionam a contento. Para estas circunstâncias, é preciso recorrer ao nível mais elevado, no qual se lança mão das maiores capacidades, incluindo deliberação e escolhas.

Referindo-se ao conhecimento de forma ampla, Marshall aponta a complexidade da tarefa científica, por ser difícil encontrar problemas complexos que se assemelhem a ponto de permitir que o raciocínio desenvolvido para um se aplicar aos demais. No caso das ciências exatas, Marshall relata que o progresso se baseou na quebra de problemas em suas partes componentes, de forma a permitir encontrar semelhança em partes componentes de problemas onde semelhanças não são encontradas no agregado. Isto permitiu acumular regras gerais aplicáveis a classes de problemas, levando em consideração diferentes circunstâncias, de forma a identificar tendências.¹³

12 Encontrei esta ideia de lei máquina também em Baumol (2010)

13 Ver Marshall(1920), Apêndice A, #2.

Há um aspecto da argumentação em torno da quebra de problemas que precisamos mencionar e reservar para as conclusões. A ideia é que a quebra de problemas que delimita o campo de conhecimento encerra seus perigos: “Specialists who never look beyond their own domain are apt to see things out of true proportion”. Desta maneira, há limites para o ganho da especialização, ligados ao fato de que ganhos se acompanham de perdas. Ao invés de tentar enquadrar esta proposição sob a forma de calcular o ponto ótimo no qual os ganhos e perdas se igualam, consideremos a proposição de Mill, citada por Marshall, de que “A person is not likely to be a good economist who is nothing else. Social phenomena acting and reacting on one another...” (Mill, on Comte, p. 82, apud Marshall(1961), Apêndice C). Estas citações estão em linha com outros trechos da obra marshalliana em que o autor, falando da educação européia continental, inglesa e americana aplicada às qualidades dos homens de negócios, utiliza a expressão senso de proporção, que representa uma qualidade de desenvolvimento de conclusões práticas. Em nosso contexto, práticas pode ser entendido como frutíferas, relevantes.

Marshall aborda também a proverbial diferença entre ciências exatas e ciências humanas, como nos apêndices dos **Principles** e de **Industry and Trade** em que trata de metodologia, estabelecendo aproximações e diferenças entre as ciências físicas e as ciências sociais, fazendo observações mais específicas que aproximam a Economia à a biologia, referência evolucionária, e à química, pela sua característica da combinação de substâncias resultar em uma substancia de características distintas de suas originadoras ao invés da operação ser caracterizada por adição de características. Mas a Economia também apresenta fenômenos em que forças se adicionam, de maneira que, se por vezes se afasta da Física, devido ao material humano e cambiante, ao material não homogêneo e incerto, por vezes se aproxima, quando apresenta forças que se adicionam.

As ciências sociais encerrariam dificuldades de observação, que se originam da dificuldade de identificar os fatos e condições relevantes. A diferença estaria no material com o qual lida a Economia, problemas sociais de natureza complexa, por tratar-se de material incerto e pouco homogêneo que compõe o organismo econômico, homens, firmas e sociedade cuja natureza se altera com o tempo, qualificado de *living and ever-changing*. Neste sentido, a Economia se aproximaria mais da Biologia do que da Física.

Marshall sublinha em várias passagens que indução e dedução são igualmente necessários para o empreendimento científico; a partir da citação abaixo passamos à discussão

de como Marshall pensa a maneira pela qual a combinação pode se dar:

He needs to make careful use of analysis and deduction, because only by their aid can he select the right facts, group them rightly, and make them serviceable for suggestions in thought and guidance in practice; and because, as surely as every deduction must rest on the basis of inductions, so surely does every inductive process involve and include analysis and deduction.

(Marshall, 1961, Apêndice C, #3)

Partindo deste primeiro trecho, vemos a explicação para a interdependência entre as duas formas de procedimento de raciocínio, porque ambas utilizadas isoladamente¹⁴ induzem a erro: no extremo dedutivo, as imperfeições dedutivas ligadas ao seu afastamento da realidade se amplificam se forem empregadas cadeias longas de dedução; isto pode ser minimizado se a cada passo se consultam as informações empíricas ou históricas.

Pelo lado indutivo, a observação histórica pura e simples não permite explicar, apenas indicar que um evento ocorreu após outro; algumas condições são tacitamente assumidas como irrelevantes, o que pode não ser adequado e passível de maior precisão se análise das causas que seriam necessárias ou suficientes para produzir o evento é adotada. Mesmo quem pensa estar fazendo observação pura está observando um subconjunto de elementos. Assim, a observação deve ser qualificada: pode ser a de alguém guiado por teorias, por bom senso, por experiência, por combinações destas.

Marshall levanta o papel representado pelo senso comum, pelo senso de proporção e pela experiência de vida, contrapondo-os ao domínio da maquinaria científica. A ideia é que o “instinto natural” é capaz de selecionar e combinar considerações relevantes, mas que opera utilizando o que lhe é familiar, de forma que nunca leva a profundidade abaixo da superficial e para além da experiência pessoal. Enquanto isto, a Economia (teoria, mecânica) se caracteriza de forma importante por efeitos de elementos não observáveis, de forma que não se pode dispensar maquinaria científica sistematicamente acumulada por gerações.

Assim, Marshall tece comentários, batendo ora no cravo, ora na ferradura, nos quais o valor do treinamento formal, no sentido de dotação de maquinaria, e senso comum são apreciados. Um arquiteto sem vivência prática e qualidades estéticas é julgado como capaz de construir uma casa inferior, ao passo que outro sem conhecimentos mecânicos construirá de forma insegura e com desperdício. Um *Brindley*¹⁵ pode superar um indivíduo com menor

14 consideremos “utilizadas isoladamente” como proposição simplificada de combinações extremas de indução e dedução em que uma das duas formas entra de forma muito reduzida na combinação.

15 Marshall se refere certamente a William Brindley, arquiteto responsável por estruturas ornamentais da

habilidade inata, por mais que este último tenha sido treinado; Uma enfermeira pode aconselhar melhor aos pacientes a respeito de certas questões médicas do que um médico experiente. Tudo isto não permite afastar a mecânica para o engenheiro ou o estudo da fisiologia para o médico, mas aponta para a importância do senso comum e de talentos pessoais, e de vivência prática.

Em reconhecendo estas capacidades não-mecânicas, Marshall conclui seu julgamento propondo que faculdades mentais, assim como as habilidades manuais, morrem com aqueles que as possuem, enquanto o aperfeiçoamento da maquinaria é repassado às próximas gerações. É como se nada tivéssemos a fazer com respeito a este assunto, senão esperar o privilégio de um acaso que concentrará em nossa geração uma maior proporção de pessoas talentosas.

4. Um lugar para a História

É com respeito ao último ponto tratado na seção anterior que creio que possamos avançar em relação a Marshall, mas ainda dentro do mesmo espírito. Reconheçamos que há um elemento humano (não mecânico) envolvido, que parece idiossincrático e pouco afeito ao treinamento formal; no entanto, e este é o ponto que desejo defender, ainda assim pode haver aprendizado.

Assim, me parece, por um lado, que a questão, da forma que foi levantada por Marshall, está bem colocada ; por outro lado, podemos fazer melhor, recorrendo à ideia de conhecimento tácito da maneira que hoje está desenvolvida. Uma exploração aprofundada da aplicação da ideia de conhecimento tácito ao nosso problema se faz necessária, mas aqui é possível adiantar uma faceta desta solução dentro da temática Marshalliana que, embora não tenha sido por ele formulada, estaria em consonância com sua obra: seria a de um renovado papel (ou de um resgate de papel anteriormente ocupado) para a História enquanto prática de construção de narrativas na Ciência Econômica.

Começemos oferecendo uma definição de História, no sentido de disciplina, conhecimento do passado, como sendo a construção de narrativas a partir de evidências de vida que são complexas, incompletas e descoordenadas, de modo que padrões e significados

são criados.¹⁶

Tal definição combina a descrição da formação de historiadores (e, também do campo da História) por Sewell (2005, capítulo I, pp. 3-) como relativamente menos intenso em teoria, porém mais concentrado na prática de lidar com fontes de forma a conduzir pesquisa. Desejo valorizar o aspecto de ofício na profissão do Historiador, no sentido de que as habilidades envolvidas podem ser aprendidas e de que “as práticas envolvidas são testadas ao longo do tempo e que seus praticantes sabem, de forma aproximada, se certa exposição de ideias, análise, prova, ou interpretação de documento é sólida ou não” (Bailyn, 1994, p.49-50)

Minha proposta é que aquilo que Marshall teria apontado como idiossincrasia, empregando o exemplo de arquitetos e enfermeiras, na qualidade de talento inato que se extingue junto com a pessoa dotada, pode ser encontrado na prática e no treinamento de historiadores, na forma de conhecimento que é capaz de suprir carências da prática científica da Economia.

Faz parte da solução, em primeiro lugar, reconhecer a historicidade dos problemas econômicos ou, o que é correlato, que a Economia trata de problemas que se beneficiam, ou mesmo requerem abordagem evolucionária.

Em segundo lugar, reconhecer que raciocínio mecânico requer cuidado em sua aplicação a problemas evolucionários, cuidados estes que Marshall bem analisou e procurou solucionar com a ideias de cadeias curtas entremeadas de conexões com a realidade. Sua análise de equilíbrio parcial e uso de *ceteris paribus* é um exemplo de construção cuidadosa.

Em terceiro lugar, entender que compor explicação de eventos complexos empregando o fracionamento dos problemas, ou seja, aplicando mecanismos da teoria envolve senso de proporção e habilidade de composição de narrativas. Frente a realidade evolutiva e complexa, é fundamental a habilidade de estabelecer narrativas sob a forma de conjecturas, dominada por historiadores. Permite identificar elementos cruciais, encadear eventos, produzir interpretações. Contrasta com o treinamento intensamente teórico do economista, do qual se espera que ferramentas sofisticadas sejam empregadas para analisar a realidade, frequentemente com seleção severa de aspectos (variáveis) contemplados, preocupação com formalização que supera a relevância, busca de enquadrar eventos sob leis e modelos gerais, encerrando enfim, sensibilidade histórica menor do que a que seria desejada.

16 Definição criada a partir de material exposto em Arnold (2000), com adição de material disperso em outras referências.

Não se está aqui propondo a substituição da Economia pela História, mas a combinação de Teoria Econômica com História. Esta combinação já foi discutida de diferentes maneiras ao longo da História do pensamento econômico, mas a sugestão aqui encerra uma novidade:

Lançando mão da ideia Marshalliana de Mente e cérebro exposta ao início, é possível entender o economista como dispor de um conjunto de proposições mecânicas que funcionam como máquina e que se aplicam a problemas e esclarecem, sem necessidade de interpretar os problemas estabelecendo o raciocínio lógico a partir do zero; o conjunto se expande e transmite às novas gerações. Dado que a realidade socioeconômica se transforma, novos eventos e problemas apresentam complexidade que não admite aplicação simples e imediata do estoque mecânico de teorias; a complexidade dos problemas em todos os campos científicos requer que se quebrem os problemas em partes de maneira que se possa melhor lidar com eles. Economistas detentores de estoque de teorias e com sensibilidade histórica são capazes de realizar esta tarefa de maneira mais habilitada. Se esta habilidade não estiver disponível, será ela realizada de uma maneira ou de outra por economistas treinados por sua própria experiência, ou seja, na dependência de características pessoais, trajetória de vida idiossincráticas. Frente ao prestígio e grande carga de treinamento concebida para métodos formais em nosso tempo e a redução do espaço dedicado a estudos históricos e estudos de natureza crítica, se aplica o comentário marshalliano de que a especialização excessiva reduz o senso de proporção tão necessário ao trabalho científico. O resultado arrisca ser carregado de sofrimento e precariedade, em termos de relevância. Para quem estiver em dúvida, convém lembrar o mal-estar da profissão nos últimos anos e o questionamento da sociedade em relação à capacidade dos economistas em lidar com a presente crise.¹⁷

Assim a proposta consiste em pensar o ofício do economista a dois níveis, o de soluções mecânicas e automáticas, a serem aplicadas pontualmente a problemas fracionados e sem cadeias longas de raciocínio, e um nível de enfrentamento de problemas ainda não conhecidos e de solução de falhas no uso de soluções já conhecidas, que usa faculdades de historiador intensivas em reconhecimento de situações complexas, de maneira a processá-las e promover novas soluções, inclusive abastecendo o nível automático de regularidades a mecanizar, de maneira a avançar a teoria econômica.

Alguns podem pensar que já é isto que se faz. Ainda que tenham razão em algum grau, a

17 A incapacidade não precisa ser concreta nem definitiva; mas há que se levar em conta a insatisfação elevada com a profissão em vários ramos, ligado a sua natureza abstrata e formal.

proposta é que se faça com mais consciência e de maneira explícita, o que requer melhor aparelhamento.

Referências bibliográficas

- Arnold, J.H. **History: A very short Introduction**. Oxford University Press, 2000.
- Backhouse, R. **Penguin History of Economics**. Penguin, 2002.
- Bailyn, B. **On the Teaching and Writing of History**. Hanover and New Hampshire: University Press of New England, 1994.
- Baumol, W. J. **The Microtheory of Innovative Entrepreneurship**. Princeton: Princeton U.P., 2010.
- Dardi, M. "Alfred Marshall's Partial Equilibrium: Dynamics in Disguise". IN: R. Arena and M. Queré (eds.), **The Economics of Alfred Marshall**. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- Groenewegen, P. **A Soaring Eagle**. Aldershot: Edward Elgar, 1995.
- Hodgson, G.M. "The Approach of Institutional Economics". **Journal of economic literature**, 36:166-192, March 1998
- Hodgson, G.M. **How Economics forgot History**. Routledge, 2001.
- Hunt, E.K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- Kerstenetzky, J. "Alfred Marshall on Big Business". **Cambridge Journal of Economics**, vol.34, n.3, pp.569-586, May 2010. doi:10.1093/cje/bep016
- Marshall, A. **Principles of Economics**, London, Macmillan, 9th (variorum) edition, 1961.
- Marshall, A "Ye Machine". IN: Raffaelli, T. "The early philosophical writings of Alfred Marshall." **Research in The History of Economic Thought and Methodology_Archival Supplement**(4): 53-159, 1994
- Marshall, A. "The Duty of the Logician or the System Maker to the Metaphysician and to the Practical Men of Science". IN: Raffaelli, T. "The early philosophical writings of Alfred Marshall." **Research in The History of Economic Thought and Methodology_Archival Supplement**(4): 53-159, 1994
- Marshall, A. **Industry and Trade**. London: Macmillan, 1920.
- Raffaelli, T. **Marshall's Evolutionary Economics**. Oxon, Routledge, 2003.
- Raffaelli, T. "The early philosophical writings of Alfred Marshall." **Research in The History of Economic Thought and Methodology_Archival Supplement**(4): 53-159, 1994
- Sewell, W.H. **The Logics of History**. University of Chicago Press, 2005.